

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL



LUANA DUARTE BARBOSA

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL SOBRE JOVENS E/OU ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

São Carlos

2017

LUANA DUARTE BARBOSA

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL SOBRE JOVENS E/OU ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de licenciado em Educação Especial em forma de pesquisa, pelo Departamento de Psicologia, curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliane Ap. de Paula Perez Campos.

São Carlos

2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio dado em todos os momentos, a fé e amor depositados em meus sonhos. Vocês são meus maiores exemplos de vida e de amor.

Aos meus irmãos, os quais pude compartilhar a esperança e a busca por uma vida mais justa.

As minhas amigas, principalmente as que conheci durante a graduação, tornaram o caminho alegre e satisfatório.

À minha orientadora e professora, Juliane, pela dedicação, incentivo e a confiança que depositou a mim.

As professoras da banca, pela paciência e dedicação em ler e corrigir este trabalho.

Obrigada a todos que contribuíram, de alguma forma para conclusão desta etapa significativa da minha vida.

RESUMO

A inserção de jovens e adultos com Deficiência Intelectual na sociedade é um assunto pouco discutido no contexto educacional, devido a certas limitações cognitivas são constantemente desacreditados sobre suas capacidades, ficando à margem da sociedade. O objetivo do estudo foi investigar a produção científica sobre jovens e/ou adultos com Deficiência Intelectual publicadas nos periódicos sobre educação especial, a fim de compreender através dos dados obtidos a realidade vivida por esta população. O estudo referido caracteriza-se como descritivo, sendo embasado na técnica da pesquisa bibliográfica. Foi realizada uma busca em duas revistas de Educação Especial, “Revista de Educação Especial” e a “Revista Brasileira de Educação Especial”, por periódicos que abordassem o tema jovens e/ou adultos com Deficiência Intelectual, após leitura minuciosa foi selecionado quatorze artigos para análise da pesquisa. Os resultados apontam que as temáticas abordadas nos estudos foram em relação ao ensino dos Jovens ou adultos, trabalho/profissionalização, a sexualidade e afetividade, identidade e autonomia, verifica-se que jovens e/ou adultos. Conclui-se sobre a necessidade de discutir ações que possibilitem o desenvolvimento desses Jovens ou adultos no âmbito social, como também ampliação das políticas públicas brasileiras. É preciso o aumento de estudos na área, para proporcionar aos jovens e adultos, alvo da educação especial uma construção pessoal significativa.

Palavras chave: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, EJA, Deficiência Intelectual.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2.MÉTODO.....	16
2.1 Fonte dos Dados:.....	16
2.2 Instrumento e Procedimento de Coleta dos Dados.....	17
2.3 Procedimento de Análise dos Dados.....	18
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1 Informações técnicas.....	19
3.2 Objetivos e temas.....	21
3.2.1 <i>O Ensino para Jovens e Adultos</i>	22
3.2.2 <i>Trabalho e profissionalização</i>	25
2.2.3 Sexualidade e Afetividade.....	27
3.2.4 <i>Identidade e Autonomia</i>	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5. REFERÊNCIAS	34

APÊNDICE

Apêndice 1. Tabela dos Artigos sobre Jovens e adultos com Deficiência Intelectual

Apêndice 2. Tabulação dos dados dos artigos

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tornou-se um dos temas mais discutidos na área da educação, esse desafio nos faz refletir sobre as medidas que são necessárias para assegurar uma educação significativa e de qualidade a todos, como por exemplo, a garantia de escolas e ensino que contemple as diferenças, adequações políticas no sistema educacional, a capacitação dos professores, participação da família e comunidade.

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para freqüentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão (BRASIL, 2010, p. 7).

Portanto, acerca da inclusão, a escola tem função significativa no desenvolvimento do aluno como ser humano, sendo ela, um ambiente de criação coletiva de novos saberes.

Pode-se considerar que uma educação qualidade de aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos (LIBÂNEO, 2005).

O ensino escolar normalizado a um único perfil de aluno tornou-se ineficiente; assim, os parâmetros conservadores das escolas tradicionais devem ser rompidos, deixando de lado as práticas educativas que corroboram com modelos engessados de ensino, pelo qual os erros estão nos alunos que são considerados incapazes de aprender. Verifica-se que:

A necessidade de impulsionar a mudança do paradigma vivenciado nas instituições escolares deve ser compreendida na busca da reconstrução da

educação e do processo educativo, não mais como foco exclusivista, mas como trajeto de inclusão e mudança do macro sistema social. (GOMES; REY, 2007, p 408).

Garantir uma educação de qualidade não é apenas uma utopia dos novos olhares educacionais, e sim um dever político e social. Nenhuma pessoa deveria ter seus direitos negligenciados, independentemente da sua etnia, cultura, classe social, condição cognitiva ou física. De acordo com a atual Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A inclusão possibilita que alunos Público Alvo da Educação especial - PAEE tenham acesso ao ensino igualitário, que segundo Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quando falamos de alunos PAEE, nos referimos a alunos que possuem alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação, que por possuírem algum tipo de necessidade especial precisam de uma sistematização do ensino, estratégias e metodologias diferenciadas.

No contexto educacional brasileiro, de acordo com a própria nomenclatura, alunos PAEE podem estar inseridos na modalidade de ensino de Educação Especial, a qual perpassa todos os níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Superior. Segundo a Política de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008):

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos

estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes.

Complementando, segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica (BRASIL, 2001) a Educação Especial é modalidade de educação escolar, que através de propostas pedagógicas, assegura serviços educacionais para dar apoio a serviços educacionais comuns, dessa maneira garante a educação de qualidade aos educandos com necessidades especiais.

No Decreto nº 6.571/2008, que trata do Direitos das Pessoas com Deficiência, Art. 1º destaca-se.

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2008)

Os alunos PAEE no ensino regular enfrentam preconceitos por apresentarem alguma dificuldade, acentuadas ou não. Assim, uma das ações no campo da Educação Especial se refere à quebra dos paradigmas excludentes, ao fornecimento de suporte preciso para que os alunos PAEE consigam acessar o currículo escolar, beneficie sobre os conhecimentos e as trocas construtivas entre seus pares, desenvolvendo com excelência sua formação intelectual e social. Conforme apontam Cozendey, Costa e Pessanha (2013) a pessoa público alvo da educação especial é capaz de aprender, necessitando de estratégias diferenciadas que favoreçam sua aprendizagem.

Contudo, um dos maiores desafios na escolarização dos alunos PAEE, é encontrar respostas às necessidades educacionais heterogêneas (FRANÇA; NUNES; ALVES, 2008). As práticas educacionais realizadas por profissionais especializados em Educação Especial possibilitam que os alunos se desenvolvam

através de planejamentos de ensino focalizado no indivíduo, o qual se leva em consideração suas dificuldades e potencialidades reais, acreditando sempre na capacidade do aluno em evoluir independentemente da idade, índice cognitivo, impossibilidade física ou social, informações estas, importantes para compreender o aluno e não o limitar. De acordo com Freitas (2013):

No contexto da escolarização do deficiente, notamos que as práticas de ensino devem salientar as práticas emancipatórias, enquanto instituição fundamental da produção, reprodução e inserção cultural; é importante atentar para a necessidade de repensar, dessa forma, as práticas de ensino da educação voltada às pessoas com deficiência, tendo sempre no horizonte a perspectiva da superação da prática, relativamente comum, de ações pedagógicas infantilizadoras (FREITAS, 2013, p 530).

Neste cenário, dentre o Público alvo da Educação Especial tem-se as pessoas com Deficiência Intelectual.

A Deficiência Intelectual é considerada um prejuízo na funcionalidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo (conceitual, social e prático) (GONÇALVES; MACHADO, 2012, p. 65).

De acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010), a Deficiência intelectual é composta por fatores orgânicos e sociais que dão origem a limitações funcionais que vão refletir numa incapacidade ou restrição em ambos, funcionamento pessoal e desempenho de papéis e tarefas esperadas por um indivíduo no ambiente social.

Pode-se compreender como deficiente intelectual, o indivíduo que possui algum comprometimento cognitivo em determinados aspectos. Segundo Smith (2008) a Deficiência Intelectual pode ser descrita por um conjunto de limitações denotativas no funcionamento intelectual e no comportamento nas habilidades conceituais, sociais e práticas. De acordo com Alves et al (2008), a forma como a pessoa com deficiência intelectual percebe o mundo e os objetos se refletirá na

comunicação, na socialização, na autonomia, na consciência de si próprio.

Dos indivíduos com Deficiência intelectual, uma parte desta população é composta por jovens ou adultos que são pessoas com limitações, consideradas leves, moderadas ou graves. Isso dependerá da bagagem que cada um acumulará até chegar a essa fase da vida; sendo levada em consideração, características biológicas, como também a proporção de ambientes estimuladores que potencializam o desenvolvimento da população em questão.

Na Declaração de Montreal, OPS/OMS - (Organização Pan-americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde) 2004, é determinado que independente das limitações da pessoa com Deficiência Intelectual, assim como outras pessoas, possuem direitos básicos e liberdades fundamentais que estão consagradas por diversas convenções, declarações e normas internacionais. Ainda de acordo com a OPS/OMS (2004), recomenda-se:

1. Reconhecer que as pessoas com deficiências intelectuais são cidadãos e cidadãs plenos da Sociedade;
2. Cumprir as obrigações estabelecidas por leis nacionais e internacionais criadas para reconhecer e proteger os direitos das pessoas com deficiências intelectuais. Assegurar sua participação na elaboração e avaliação de políticas públicas, leis e planos que lhe digam respeito. Garantir os recursos econômicos e administrativos necessários para o cumprimento efetivo dessas leis e ações;
3. Desenvolver, estabelecer e tomar as medidas legislativas, jurídicas, administrativas e educativas, necessárias para realizar a inclusão física e social destas pessoas com deficiências intelectuais;
4. Prover as comunidades e as pessoas com deficiências intelectuais e suas famílias o apoio necessário para o exercício pleno destes direitos, promovendo e fortalecendo suas organizações;
5. Desenvolver e implementar cursos de formação sobre Direitos Humanos, com treinamento e programas de informação dirigidos a pessoas com deficiências intelectuais.

Escobal, Rossit e Goyos (2010) investigaram o processo de aquisição do conceito de números por Jovens com deficiência intelectual. Com o ensino de repertórios e teste avaliativos identificaram que os participantes das pesquisas aprenderam o conceito de número em um período reduzido de tempo. Com isso,

identificamos a capacidade de aprendizagem desses indivíduos.

Reafirmando essa capacidade de evolução intelectual, Rubin (2007), em pesquisa realizada que teve por objetivo analisar o desempenho escolar de 7 jovens e adultos com deficiência, em idade entre 16 e 23 anos, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, observou que os participantes do estudo obtiveram evolução significativa nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. Comprovando que esses alunos apresentavam potenciais para aquisição de conceitos, desde que lhes sejam oferecidos programas de intervenção que respeitem e considerem suas características individuais, principalmente a idade cronológica, seus interesses, potencialidades e necessidade de ajuda. Sendo assim, a literatura aponta que:

Educar jovens e adultos com Deficiência Intelectual, trata de responder culturalmente a uma lacuna que geralmente envolve sujeitos que hoje, independente da idade não são somente adultos, mas jovens excluídos, por diferentes motivos, do sistema 'regular' de ensino, buscam sua escolarização. Educar jovens e adultos significa compreender o conceito de aprendizagem em uma perspectiva atual, de que aprendemos e ensinamos para a vida toda (MORAES, 2007, p. 108).

A capacidade de desenvolvimento dessas pessoas é algo possível, com isso, uma expressiva parte da população jovem ou adulta, retorna aos bancos escolares em salas de EJA - Educação de Jovens e Adultos, com a intenção de romper paradigmas e barreiras existentes. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) a EJA é uma modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade própria.

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre

si.

A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996, p. 17).

Segundo Parecer nº 11 de 2000, a EJA passa a ser uma modalidade de ensino, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96, pois transpassa as etapas do ensino Fundamental e Médio, “[...] usufruindo de uma especificidade própria, e como tal deveria receber um tratamento consequente” (BRASIL, 2000, p. 2).

No entanto, Cozendey e Costa (2012) afirmam que a EJA não está incluindo como deveria alunos Público Alvo da Educação Especial, e que esses alunos anseiam por uma EJA mais inclusiva. Morais (2007) aponta que é preciso entender que os adultos acumulam experiências de vida que serão fundamentais na garantia para o seu aprendizado futuro, e no desenvolvimento das habilidades que utilizam no seu papel social, na profissão, sendo a experiência a mais rica fonte para o adulto no seu ensino-aprendizagem.

A escolarização dos alunos Público Alvo da Educação Especial nas salas de EJA, é possível quando proporciona ao aluno, meios para o seu crescimento como ser humano. “Não basta oferecer escola, é necessário criar as condições de frequência” (HADDAD, 1998, p.116).

Entretanto, a inclusão no mercado de trabalho de jovens e adultos com Deficiência Intelectual ainda é precária. Com o atual caos sócio-econômico, nos deparamos com uma sociedade exigente pela busca de pessoas produtivas, fazendo com que aqueles que possuem alguma limitação que obstrui a “padronização” da qualidade do serviço oferecido, fiquem à margem dos coletivos empregatícios brasileiros.

Um dos campos da vida social que contribui para a formação da identidade social da pessoa com deficiência intelectual é o trabalho, este se apresenta como uma possibilidade de efetiva integração e de participação social (FREITAS, 2014, p 41).

Segundo Albuquerque e Ramos (2008), as atitudes da sociedade moldadas pelo preconceito e ignorância, traduzem-se em comportamentos que negam alguns dos mais elementares direitos das pessoas com deficiência intelectual.

As pessoas com deficiências intelectuais são frequentemente excluídas das tomadas de decisão sobre seus Direitos Humanos, Saúde e Bem Estar, e que as leis e legislações que determinam tutores e representações legais substitutas foram, historicamente, utilizadas para negar a estes cidadãos os seus direitos de tomar suas próprias decisões. (OMS, 2004, p. 2).

De acordo com o Estatuto da pessoa com Deficiência:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico” (BRASIL, 2015, p. 3).

Silva, Prais e Silveira (2008), na realização de uma pesquisa sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, identificam que garantir a inserção desses indivíduos ainda é um desafio para a sociedade brasileira, com o objetivo de compreender esse processo, elaboraram uma pesquisa com grupos focais de pessoas com deficiência e seus familiares. O estudo apontou que o preconceito, a relação familiar; o Benefício da Prestação Continuada; a baixa qualificação; a falta de acessibilidade e o despreparo das empresas são as principais barreiras encontradas para tornar o mercado de trabalho inclusivo. As leis sobre o trabalho das pessoas com deficiência no Brasil ainda não são suficientes para assegurar tais direitos, fazendo-se necessário uma ampliação de políticas públicas

que impulsionam as mudanças neste cenário.

Lancillotti (2003) sugere que o baixo grau de escolaridade desses sujeitos é também um dos fatos que justifica o baixo índice de contratação desses trabalhadores, sendo este um critério essencial para todos os profissionais brasileiros. Complementando, Jannuzzi (1992) aponta que se não houvesse um interesse sobre a necessidade produtiva, e sim uma continuação em relação à humanização do mercado de trabalho, as especificidades da pessoa com deficiência poderiam ser aceitas no ambiente de trabalho.

As pessoas com deficiência intelectual parecem ser as menos absorvidas pelo mercado formal. Para compreender este fato, alguns aspectos merecem ser considerados. O primeiro diz respeito à questão do diagnóstico desta modalidade de deficiência, dificultando pela ampliação da categoria com o quadro de deficiência mental leve, também, pela frequente confusão com a doença mental. São fatores que tornam a identificação mais equivocada, passando a exigir critérios técnicos para a constatação da deficiência. Assim, uma parcela desses trabalhadores não estaria sendo identificada pelo senso comum (LANCILLOTTI, 2003, p. 34).

Desta maneira, identifica-se que a população jovem e/ou adulta com deficiência Intelectual enfrenta barreiras significativas em vários contextos sociais; além disso, de acordo com Rubin (2003), estudos da educação especial e da educação ainda se direcionam mais à aprendizagem de crianças, sendo significativamente maior o número de pesquisa nesta área do que o número de pesquisas que investigam a aprendizagem de jovens e adultos.

Considerando a necessidade e importância de estudos que contemplem o público jovem e adulto com Deficiência Intelectual, têm-se os seguintes questionamentos: Qual o panorama das produções científicas sobre jovens e adultos com deficiência intelectual nas produções brasileiras? Quais temáticas têm sido abordadas?

Frente a uma necessidade de compreensão da realidade vivida por esta população, este estudo tem como objetivo investigar as produções científicas sobre

jovens e adultos com deficiência intelectual publicadas nos periódicos sobre educação especial.

Em relação à estruturação e desenvolvimento desse estudo, o mesmo foi organizado nas seguintes etapas: Introdução, a qual discorre inicialmente sobre o público alvo da educação especial, enfatizando o desenvolvimento de Jovens e adultos com deficiência intelectual, conceitua e caracteriza a deficiência intelectual, trazendo aspectos importantes sobre a inclusão desses jovens e adultos na Educação de jovens e adultos, bem como no trabalho. Na sequência, caracteriza-se o método, e, após os resultados do estudo e as considerações finais.

2.MÉTODO

Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório-descritivo, sendo embasado na técnica da pesquisa bibliográfica. Esta tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, e implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções, atento ao objeto de estudo (GIL, 2008; LIMA; MIOTO, 2007).

2.1 Fonte dos Dados:

O *locus* da pesquisa inclui produções científicas com a temática “jovens e/ou adultos com deficiência intelectual”, publicados em duas revistas de âmbito nacional educacional, “Revista Educação Especial” e a “Revista Brasileira de Educação Especial”. A busca foi realizada em todas as revistas publicadas em plataformas digitais. Na Revista Brasileira de Educação Especial, disponibilizadas no site foram a partir do ano de 2005, porém existe um site que disponibilizou as revistas antigas em PDF, de 1992 até 2005, data essa que começou a ter as revistas em formato eletrônico. A busca no site então foi de 1992 a 2017, localizando um total de 22 volumes, no total de 58 revistas. Na revista Educação Especial a busca foi realizada uma busca do ano de 2000 a 2017, localizando um total de 30 volumes, a qual foram publicadas 57 revistas.

De acordo com os dados disponibilizados no *site*, a “Revista Educação Especial”, tinha como objetivo inicial, compartilhar com a rede de ensino o que era produzido por professores e alunos do Departamento de Educação Especial do curso de graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria, a primeira publicação foi no ano de 1987. Atualmente, objetivo da revista continua sendo o de ampliar discussões sobre políticas públicas, serviços, formação de professores, educação inclusiva e temáticas emergentes, problematizando

conhecimentos que contribuam ao processo formativo dos profissionais envolvidos com a Educação Especial.

A “Revista Brasileira de Educação Especial” foi criada em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização do III Seminário de Educação, com o objetivo de propagar o conhecimento em Educação Especial. Sediada atualmente na cidade de Londrina, é mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE, da Universidade Estadual de Londrina em parceria com Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, local onde é impressa. A publicação é realizada trimestralmente, divulgando artigos originais de pesquisa, ensaios, artigos de revisão e resenhas.

2.2 Instrumento e Procedimento de Coleta dos Dados

Para coletar os dados dos artigos, elaborou-se um roteiro com base no “Roteiro de análise de Teses e dissertações - Prodisc”, que categoriza os dados do estudo para uma análise descritiva. Em sua versão adaptada, o roteiro foi organizado nos seguintes itens: A) Identificação dos artigos, com dados sobre, 1) Ano de publicação, 2) Título do artigo, 3) Autor (a), 4) Instituição, 5) Objetivo da pesquisa, 6) População Alvo da Pesquisa, 7) Método, 8) Resultados e 9) Conclusões.

Inicialmente foi realizada uma busca nas 115 edições publicadas, sendo feita a leitura dos títulos das publicações, conforme descrito no sumário de cada volume. Como critério, no título deveria constar temática sobre jovens e/ou adultos com deficiência intelectual. Ao todo foram identificadas 14 publicações sendo quatro na “Revista Educação Especial” e 10 na “Revista Brasileira de Educação Especial”, que foram lidos e analisados minuciosamente para realização da pesquisa.

2.3 Procedimento de Análise dos Dados

Após a coleta, organização e tabulação dos dados, os mesmos foram analisados minuciosamente, conforme o objetivo previsto no estudo, tendo como foco a análise categorial.

A partir da análise categorial (FRANCO, 2005), os dados foram organizados nos seguintes eixos temáticos: (a) Informações técnicas e (b) Objetivos e temas.

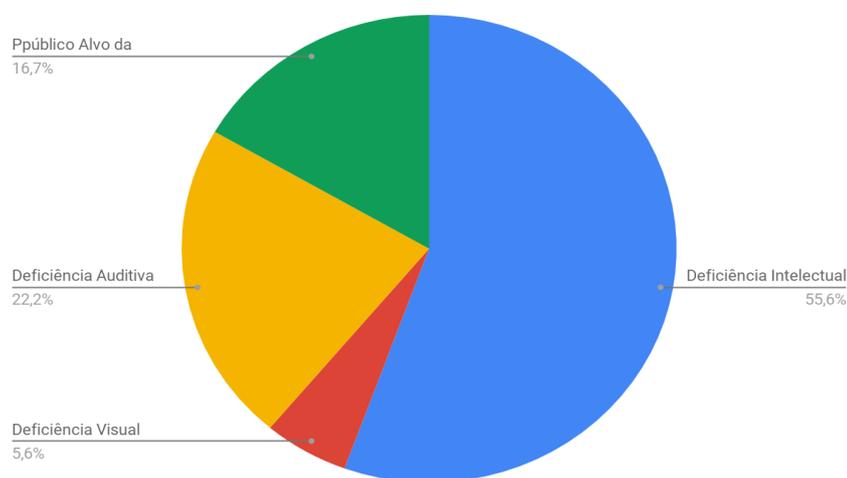
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados do presente estudo, organizados nas seguintes categorias: (a) Informações técnicas; (b) Objetivos e temas.

3.1 Informações técnicas.

Dos 29 artigos sobre jovens e/ou adultos com deficiência (55,6%) abordaram temáticas sobre Jovens e/ou adultos com Deficiência intelectual publicados no período de 2003 a 2016, como demonstrado na Figura abaixo:

Figura 01: Caracterização das publicações por tipo de deficiência.



Fonte: Elaboração própria.

O fato de mais da metade das produções localizadas abordarem a Deficiência Intelectual, constata que este tipo de deficiência tem sido ainda a mais discutida no âmbito da educação especial.

A seguir, a Tabela 1 apresenta os estudos localizados.

Tabela 1: Número de publicações; Ano; Título e Revista publicada.

N^o	Ano de publicação	Título	Revista publicada
1	2003	PREPARANDO O CAMINHO DA INCLUSÃO: DISSOLVENDO MITOS E PRECONCEITOS EM RELAÇÃO À PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN	Revista Brasileira de Educação Especial
2	2005	ESCOLHA E DESEMPENHO NO TRABALHO DE ADULTOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL	Revista Brasileira de Educação Especial
3	2006	ATUAÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DE MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE NOS ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL	Revista Brasileira de Educação Especial
4	2006	DEFICIÊNCIA MENTAL E AUTONOMIA: ANÁLISE DO DISCURSO DE JOVENS EM UM GRUPO DE TEATRO	Revista Educação Especial
5	2006	A CONSTITUIÇÃO DE PROCESSOS DIALÓGICOS EM UM GRUPO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA MENTAL	Revista Brasileira de Educação Especial
6	2006	PROGRAMA DE SUPORTE COMUNITÁRIO: ALTERNATIVA PARA O TRABALHO DO ADULTO DEFICIENTE MENTAL	Revista Brasileira de Educação Especial
7	2007	PERCEPÇÕES DE JOVENS COM SÍNDROME DE DOWN SOBRE RELACIONAR-SE AMOROSAMENTE	Revista Brasileira de Educação Especial
8	2007	A MANIFESTAÇÃO DA AFETIVIDADE EM SUJEITOS JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: PERSPECTIVAS DE WALLON E BAKHTIN	Revista Brasileira de Educação Especial
9	2008	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE SUJEITOS DEFICIENTES NO GRUPO TERAPÊUTICO-FONOAUDIOLÓGICO	Revista Brasileira de Educação Especial
10	2010	REFLEXÕES SOBRE O ENSINO ITINERANTE NA EJA: O RELATO DE UMA PROFESSORA ESPECIALISTA.	Revista Educação Especial
11	2013	ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS EM DISSERTAÇÕES E TESES NO PERÍODO DE 1988 A 2008.	Revista Educação Especial
12	2013	TRABALHO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA: PERSPECTIVA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	Revista Educação Especial
13	2014	ENSINO DE MATEMÁTICA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Revista Brasileira de Educação Especial
14	2016	ENSINO DE FUTSAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	Revista Brasileira de Educação Especial

Fonte: Elaboração própria.

Os 14 artigos se referem a produções distribuídas em oito Instituições de ensino superior (IES). Verifica-se assim, que a maioria das IES se localiza na região

sudeste do país, tendo como referência o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFScar. Como é demonstrado pela tabela abaixo:

Tabela 2: Instituições de Ensino Superior (IES), Programas e Titulação.

Nº	IES	Instituição - Programa	Titulação
1	USP	Educação	Mestrado
2	UFSCAR	Pós-graduação em Educação	Mestrado
3	UFS	Pós-Graduação em Educação	Mestrado
4	UFSCAR	Educação Especial	Mestrado
5	UNIMEP	-	-
6	UFSCAR	Pós-graduação em Educação Especial	Mestrado
7	UFSC	Programa de Pós-graduação em Psicologia	Mestrado
8	UEM	Educação	-
9	UNIMEP	-	Graduação; Doutorado
10	UERJ	Programa de Pós-Graduação em Educação	Mestrado
11	UNIVALI	-	Doutorado
12	UFSCAR	Pós-Graduação em Educação Especial	Doutorado
13	UFSCAR	Pós-Graduação em Educação Especial	Mestrado; Doutorado
14	USP	-	Mestrado; Doutorado

Fonte: elaboração própria

3.2 Objetivos e temas

De acordo com os objetivos das publicações, foram identificadas quatro temáticas, sendo os trabalhos organizados nos seguintes temas: (a) Ensino do jovem ou adulto com Deficiência Intelectual; (b) Trabalho e profissionalização; (c) Sexualidade e afetividade; d) Identidade e autonomia.

3.2.1 O Ensino para Jovens e Adultos

Foram localizadas cinco produções (SAAD, 2003; REDIG, 2010; BRITO, CAMPOS, 2013; BRITO, CAMPOS, ROMANATTO, 2014; JOAQUIM, DANTAS, 2016), sobre o ensino de Jovens e/ou adultos com Deficiência Intelectual, que discutem a importância do ensino escolar, ensino esportivo e as perspectivas em relação à escolarização desses alunos.

Considerando que a sociedade ainda segrega as pessoas com Deficiência intelectual, por preconceitos historicamente construídos, fatos estes que dificultam a participação dessa população na sociedade, Saad (2003) investigou a trajetória escolar de dez jovens com deficiência Intelectual que conseguiram chegar a um nível de desenvolvimento significativo em diversas áreas: linguagem (oralidade, leitura e escrita), interação social, técnica de massagem, computação, arte-visual (desenho e pintura), esporte (natação), dança, interesse por dinheiro e perfeccionismo na realização de diferentes tarefas. As informações foram coletadas através de entrevistas com pais, alunos e profissionais, outros dados foram coletados por meio de observação direta, relatos orais e escritos, boletins, produções escritas e artísticas. Nos resultados identifica-se que os jovens pela diferenciação apresentada em sua estrutura cerebral, o que reflete em sua forma de se expressar e compreender as coisas, não demonstrou ainda escrita muito aprimorada, porém, podem chegar a desenvolver uma habilidade comunicativa em diversos graus, apresentaram resultados positivos quanto ao nível de habilidades significativas em outras áreas que chegam a superar desempenhos até mesmo de pessoas sem deficiência. Constatou que deficientes intelectuais em condições mais abertas e instigantes de educação estão revelando um desenvolvimento efetivo de habilidades, na medida em que estão sendo convenientemente estimulados, a

atitude preconceituosa, elimina as oportunidades de desenvolvimento maior do sujeito, escola e a mídia constituem os grandes formadores de opinião, combatendo impressões difíceis de apagar, pela instalação do preconceito.

Redig (2010) discutiu e refletiu sobre a atuação dos professores da Educação Especial que lecionam para alunos com deficiência intelectual, sendo realizado uma entrevista com uma professora itinerante que atuava no Programa de Ensino de Jovens e Adultos (PEJA) do município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas em uma escola municipal do Rio de Janeiro. A docente entrevistada acompanhava 12 alunos, dos quais quatro tinha deficiência auditiva, e os demais deficiência intelectual. De acordo com os dados coletados a professora itinerante retirava os alunos com deficiência intelectual das aulas para poder fazer o atendimento individualizado, seguindo uma rotina, pois como a professora itinerante visitava a escola no horário da aula do PEJA, essa era a única maneira para realizar o atendimento educacional individualizado. Em relação às adaptações curriculares, as mesmas eram desenvolvidas no conteúdo das disciplinas, sendo retiradas algumas matérias e substituídas por algo mais fácil de ser assimilado pelo aluno com deficiência intelectual. Diante destas informações coletados, a autora conclui que é preciso desenvolver um trabalho com os professores do ensino comum a fim de que percebam a importância do serviço da Educação Especial, e que a presença e atuação do professor itinerante na escola facilita a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula, bem como contribui para a sua inclusão.

Brito e Campos (2013) investigaram nesta pesquisa a produção científica nacional sobre a temática “Escolarização de Jovens e adultos com deficiência intelectual” no período de 1988 a 2008. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, o qual foi feito uma busca de teses e dissertações nos programas de pós-graduação em Psicologia, Educação e Educação Especial, tendo como referência o Banco de Teses e Dissertações da Capes. Nos resultados pode-se encontrar que a

maioria dos estudos são sobre a alfabetização e sinalizou a necessidade de aprimoramento das práticas pedagógicas, bem como a importância da interação dos jovens e adultos com seus professores. Portanto pelo número pequenos de produções sobre essa temática, as autoras apontam que é um campo conhecimento a ser desvendado.

Brito, Campos e Romanatto (2014), realizaram um estudo que teve como objetivo conhecer as práticas do professor da EJA para o ensino de saberes matemáticos ao aluno jovem e adulto com deficiência intelectual, e com isso realizar uma intervenção junto ao professor. A metodologia utilizada foi abordagem qualitativa, em pesquisa de intervenção, a pesquisa foi realizada no primeiro semestre do ano de 2012, em uma sala de EJA, com uma professora e cinco alunos. Após coleta das informações a intervenção foi realizada através de jogos aplicados nas aulas sobre conceitos matemáticos. Nos resultados verificou-se que as estratégias como jogos fizeram diferença quanto à aquisição de conceitos matemáticos, como também na melhoria da interação entre alunos, professora e pesquisadora, proporcionando um espaço de aprendizagem que possibilitou que todos pudessem aprender novos conhecimentos. Acredita-se que o estudo possibilitou ganhos significativos nos campos da Educação Matemática e da Educação Especial.

Por último, Joaquim e Dantas (2016) em estudo realizado, sinaliza que programas de intervenções para pessoas com DI podem influenciar alguns aspectos do seu desenvolvimento, de acordo com autor os programas que têm demonstrado um impacto positivo sobre o desenvolvimento dessas pessoas, programas voltados para o ensino e prática de jogos esportivos coletivos (JEC) podem ser vistos como uma possibilidade de aprendizagem. Com isso, sua pesquisa objetivou verificar os efeitos de um programa de ensino de Futsal para jovens e adultos com DI no desempenho das ações de jogo, centrado nas perspectivas táticas de ensino dos JEC. O programa de ensino foi desenvolvido por um período de quatro meses,

sendo ministradas duas aulas por semana, cada uma com duração de 1 hora e 20 minutos, totalizando 30 intervenções. A mostra do estudo foi composta por 11 alunos com deficiência intelectual, com idade entre 18 e 40 anos, todos inscritos no programa denominado “futsal especial” realizado no Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPEUSP). As avaliações referentes às ações de jogo foram realizadas com base na análise de vídeos dos jogos formais gravados antes do início do programa de intervenção e após o mesmo. Para avaliação dos alunos, foi utilizada a primeira (antes do programa) e a última (após o programa de ensino) filmagem de cada participante. Nos resultados pode-se observar um aumento significativo das ações de jogo após o programa de intervenção, tornando possível verificar que em geral os alunos apresentaram maior frequência nas ações relativas à movimentação e à marcação, podendo melhorar o desempenho dessas pessoas dentro da modalidade praticada. Considera que o uso de programa foi eficaz para o ensino da dimensão tática do futsal, como também para provocar mudanças no desempenho tático.

3.2.2 Trabalho e profissionalização

O trabalho e a profissionalização são campos importantes para pessoas com Deficiência Intelectual, três estudos (ESCOBAL, ARAÚJO, GOYOS, 2005; ARAÚJO, ESCOBAL, GOYOS, 2006; ROSA, DENARI, 2013), abordaram tal temática.

Escobal, Araújo e Goyos (2005) aponta que a todo momento fazemos escolhas, demonstramos preferências, tanto em situações simples quanto as mais complexas, tomamos decisões importantes baseadas nessas escolhas, os benefícios de se oferecer oportunidades de escolha a deficientes Intelectuais, tanto na área de trabalho, como na acadêmica e social, possibilita o aumento de repertório comportamental. Por esse motivo o autor analisou o comportamento de escolha de

indivíduos deficientes Intelectuais adultos em condições de trabalho através de um arranjo instrucional, e sem este arranjo, e avaliar a influência da situação de escolha sobre parâmetros de desempenho no trabalho. Participaram do estudo três indivíduos adultos com Deficiência Intelectual; sendo que o estudo foi realizado em uma instituição particular em uma cidade do interior paulista, a tarefa de trabalho foi de montagem de capas de blocos de anotações, em colar papel dobradura picado dentro de espaços definidos por linhas horizontais sobre papel sulfite, cortado em pedaços de aproximadamente 20 cm x 16 cm. Através desta intervenção observou-se que os participantes aprenderam os seis passos da tarefa, quanto a possibilidade de escolha em seis oportunidades de escolha, todos os participantes escolheram cinco vezes a condição de trabalho com material instrucional, e uma vez a condição de trabalho sem material instrucional, confirmando a importância da oportunidade de escolha estar constantemente presente em programas de treinamento para o trabalho. O estudo mostrou que os participantes do estudo foram capazes de realizar suas escolhas, aumentando sua autodeterminação e podendo obter maior controle sobre a situação ou condição que desejavam.

Complementando, segundo Araújo, Escobal e Goyos (2006), grande parte das oportunidades de profissionalização para o trabalho da pessoa com deficiência Intelectual é através das escolas especializadas, com oficinas que visam preparar o aluno para exercer trabalho produtivo. Diante disso, o grupo de planejamento de programas na comunidade começou a funcionar para garantir que o início seja bem-sucedido, com isso é necessário pensar em soluções potencial para o problema. Neste grupo participaram dois pesquisadores com formação em Psicologia, e quatro auxiliares de pesquisa com graduação em Pedagogia e representantes de setores considerados expressivos de uma cidade de porte médio do interior paulista. O Grupo de Planejamento do Desenvolvimento de Programas na Comunidade se reuniu com a finalidade de planejar as reuniões nos laboratórios do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Do ponto de vista

metodológico, a presente pesquisa caracterizou-se pela metodologia participativa ou de tipo “pesquisa-ação”. Observou-se grandes dificuldades na manutenção do grupo, o que impediu que o procedimento fosse aplicado até o final do planejamento. Para futuras melhorias em outros grupos foi proposto um curso para divulgar e discutir o conceito de planejamento de programa de suporte para o trabalho do deficiente.

Rosa e Denari (2013) em estudo realizado que teve por objetivo compreender a realidade vivida por um adulto com DI e sua família, investiga como foi realizada a inserção social desses alunos. O foco do estudo foi um jovem adulto de 23 anos de idade, foi realizada entrevista com o pai, principal responsável. A entrevista possibilitou identificar que o jovem em questão não se encontrava no mercado de trabalho, sobre a visão do seu principal cuidador verificou-se que o mesmo mostra um olhar otimista sobre o filho, sendo a presença dele na família positivo. As autoras apontam que o estudo possibilitou identificar nas famílias esperança, e busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.2.3 Sexualidade e Afetividade

Sobre a temática sexualidade e afetividade, foram localizados dois estudos Melo e Bergo (2006) e Luiz e Kubo (2007). A sexualidade e afetividade do Jovem ou adulto com deficiência é uma temática muito questionada, pelo fato do desconhecimento real da população quanto a capacidades de pessoas com Deficiência Intelectual se relacionarem.

Para Melo (2006) a escola é um grande espaço socializador e dela não podemos retirar a responsabilidade de realizar uma formação integral que inclua a temática sexual. Se há essa preocupação na proposta com a educação sexual dentro do ensino regular, não podemos dizer o mesmo em relação à educação destinada ao Público Alvo da Educação Especial. O objetivo do estudo foi investigar

a atuação das professoras da rede estadual de ensino de Sergipe, que lecionavam da cidade de Aracaju, em relação à temática educação sexual dos alunos com Deficiência Intelectual. Foram entrevistados 15 professores que lecionavam em classes especiais e classes regulares. Verificaram que o professor tem uma visão patológica da sexualidade desses alunos, classificando-a, por vezes, como descontrolada e sem limites, ou como ingênua ou inexistente, com estereótipo do deficiente intelectual como sexualmente agressivo, ou assexuado, observa-se também que a formação profissional desses professores não foi adequada, pois quando perguntados sobre sua formação inicial em relação à educação sexual, 66,6% afirmou que a temática não havia sido abordada em suas graduações, enquanto que apenas 13,3% afirmou que esse assunto havia sido trabalhado. Diante disso, conclui-se é uma extensão da visão popular do deficiente, através desses vários conceitos distorcidos a respeito da sexualidade, que vai se constituir a lente pela qual o professor vê e busca compreender as manifestações sexuais do seu aluno, existe uma grande necessidade de profissionalização adequada, para lidar com a sexualidade do aluno no cotidiano escolar.

Luiz e Kubo (2007) aponta que a sexualidade de pessoas com deficiência é limitada, com poucas oportunidades de interagir livremente com pessoas sexualmente. Verifica-se que mesmo quando pais ou profissionais acreditam na capacidade, raramente criam condições para que de fato essas pessoas se deparem com situações em que possam relacionar-se amorosamente com outros. Participaram da pesquisa cinco jovens, três homens e duas mulheres, com idades entre 18 e 28 anos, moradores de duas cidades de médio porte da região sul do País. O roteiro de entrevista iniciou-se com o levantamento das variáveis constituintes do comportamento relacionar-se amorosamente. Pode-se constatar que, de maneira geral, as percepções, desejos e outros comportamentos desses jovens não diferem daqueles característicos de jovens sem a Síndrome; e que foram, muito provavelmente, desenvolvidos sob contingências que favorecem

comportamentos amorosos. Considerando que o ambiente em que o jovem vive, incluindo escola, família, amigos, é possível supor uma diferença nas condições oferecidas a cada jovem entrevistado, que possibilita em maior ou menor grau o desenvolvimento de aprendizagens significativas para manter um relacionamento amoroso, evidenciando o papel fundamental do ambiente no desenvolvimento pleno de pessoas com Deficiência Intelectual.

3.2.4 Identidade e Autonomia

Em relação à temática Identidade e autonomia foram localizadas quatro produções científicas (FREITAS, CASTRO, 2006; VIEIRA ET AL, 2006; LEITE; MONTEIRO, 2008; GUHUR, 2007).

Na pesquisa de Freitas e Castro (2006), o autor aponta que as atividades realizadas em um grupo terapêutico permeiam interações comunicativas, a linguagem narrativa oral foi tomada como atividade privilegiada pela fonoaudióloga é também visto como mediadora de processos emergentes de desenvolvimento. Diante disso o estudo pretende analisar as relações dialógicas ocorridas nas sessões terapêuticas-fonoaudiológicas, buscando caracterizar os diferentes modos de atuação do terapeuta/interlocutor, durante o atendimento, com o intuito de compreender de que maneira as intervenções terapêuticas podem contribuir para o desenvolvimento da linguagem dos sujeitos. Esse grupo foi desenvolvido por docentes e discentes de um Curso de Fonoaudiologia, de uma universidade do interior do Estado de São Paulo. Os sujeitos do estudo são quatro jovens com Deficiência Intelectual. Na seção, para criar um contexto de diálogo, utilizou o recurso da narrativa de história, o objetivo não era o narrar em si, mas, sim, colocar os sujeitos em uma posição de interlocutores, convidando-os a emitirem suas opiniões sobre o desenrolar da história. Observou-se que a fonoaudiologia tem o papel de propor e mediar as situações dialógicas no grupo de jovens com

Deficiência Intelectual. Verificando assim, que é possível que o diálogo ocorra entre os jovens durante a sessão terapêutico-fonoaudiológica com mediação.

Vieira et al (2006) tiveram como objetivo compreender aspectos sociais, cognitivos e afetivos das pessoas com Deficiência Intelectual, por meio de uma análise das discussões em situações naturais de interação. Nesta pesquisa participaram 9 jovens com Deficiência Intelectual, realizada junto a um grupo de teatro, de um projeto de extensão na Universidade de Londrina (UEL). As falas foram transcritas de acordo como eram pronunciadas, para análise foi utilizado um roteiro para identificar os aspectos importantes da fala. De acordo com os dados observados, verificou-se que os participantes apresentaram falas coerentes, com estrutura em diversos conteúdos, que indicaram ampliação da autonomia e complexidade. O estudo possibilitou compreender melhor informações sobre a interação e concepção sobre si que a pessoa com Deficiência Intelectual possui. Aponta que necessita de estudos que se preocupem com a construção da criticidade e autonomia.

Guhur (2007), buscou-se refletir sobre as diferentes formas sob as quais a emoção pode se exteriorizar na trama discursiva de processos dialógicos, emoções são vistas como exercendo importante papel na adaptação do indivíduo ao meio, os relacionamentos interpessoais de pessoas com deficiência sendo entendidos como historicamente construídos, da mesma forma que os das pessoas que apresentam desenvolvimento normal. Os dados que compõem o estudo foram construídos no âmbito de um programa educativo que oferecia atividades pedagógicas alternativas a pessoas com deficiência Intelectual de escolas especiais da comunidade, visando a construção dos dados e considerando os objetivos propostos, recorreu-se à observação e à vídeo gravação de episódios vivenciados em dois ateliês do Programa Travessia: o de Letramento (14 encontros) e o de Teatro (8 encontros). Participaram dezesseis jovens e adultos com idades entre 13 e 32 anos. Observa-se que ao contrário do que se supõe comumente em relação à capacidade

comunicativa de pessoas com deficiência mental, cujo discurso é indiferenciadamente considerado como incoerente e a palavra como pouco capaz de articular-se num diálogo, estes sujeitos se constituem como interlocutores atentos, ativos e expressivos, capazes de compartilhar os sentidos pretendidos nas interações com seus pares. O que se espera é que pesquisas venham suscitar novas e profícuas reflexões sobre estas e outras questões relacionadas à temática da deficiência Intelectual.

O desenvolvimento da identidade e autonomia são extremamente necessárias para a construção pessoal da pessoa com Deficiência Intelectual, do ponto de vista de Leite e Monteiro (2008), o sujeito vai se constituir à medida que suas ações vão sendo interpretadas pelo outro através da internalização de papéis, definidos, inicialmente, pelas pessoas que são referência mais concreta da criança, como a família e, posteriormente, pelo grupo social maior no qual está inserida. Diante disso, neste estudo se buscou refletir sobre a formação da identidade de jovens Deficientes Intelectuais, analisando o papel da linguagem nesse processo de construção da imagem que o sujeito faz de si mesmo. O estudo foi realizado numa perspectiva teórico-metodológica histórico-cultural, com um grupo de 4 de 16 e 27 anos, em atendimento fonoaudiológico em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. As reuniões foram gravadas em vídeo durante os encontros semanais, realizados sem a criação de nenhuma situação especial. Verificou-se que a imagem infantil que os jovens têm de si mesmos reflete o discurso do grupo social que estão a sua volta. Conclui-se que para conseguir obter mudanças necessárias da imagem das pessoas com deficiência Intelectual, precisa-se de ações informativas sobre aqueles que os rodeiam, ou seja, a família, os amigos, os colegas e o grupo social em geral.

Verificou-se que os autores apontam ações que consideram importantes a serem tomadas para um desenvolvimento integral desses indivíduos. Em relação às perspectivas sobre o Jovens ou adultos com deficiência Intelectual, as produções

científicas localizadas apontam, de forma otimista, as possibilidades de sucesso que poderão alcançar no âmbito educacional, profissional e afetivo.

A diversidade, inclusão escolar e o trabalho, profissionalização dos professores e mudança do olhar dos familiares, amigos e as demais pessoas da sociedade, práticas consideradas pelos autores indevidas e que precisam ser quebradas para um melhor desenvolvimento dessa população em questão.

Pode-se constatar que os estudos que remetem a capacidade evolutiva de Jovens e/ou adultos com deficiência intelectual quando expostos a ambientes que possibilitem aquisição de novos conhecimentos, apresentam resultados significativos no desenvolvimento. Desta maneira, para que seja possível sua integração ao meio, é preciso que as pessoas envolvidas lhes ofereçam oportunidades de evolução.

Os artigos localizados foram dos anos de 2003 a 2016, sendo encontradas apenas quatorze produções sobre essa temática, gerando uma média de aproximadamente uma produção por ano.

Considerando, portanto, que os estudos sobre jovens e adultos com deficiência intelectual é de extrema importância no âmbito educacional, existe a necessidade de impulsionar o aumento de pesquisas sobre Jovens e/ou adultos com Deficiência Intelectual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou a identificação de temas relevantes para compreender aspectos sobre Jovens e/ou adultos com deficiência intelectual. Através dos resultados, verifica-se que no âmbito social, a necessidade de discutir e refletir em ações que possibilite o desenvolvimento desses Jovens ou adultos é primordial, para que possibilite a quebra das barreiras encontradas, quando a maior dificuldade observada não é relacionada a Deficiência em si, mas a concepções negligenciadas.

Para garantir o direito desses indivíduos é preciso uma ampliação nas políticas públicas brasileiras, levando em consideração que em todos os contextos sociais o deficiente intelectual precisa necessitar ser inserido.

O estudo revela ainda, que existem poucas produções dessa temática nas revistas brasileiras de Educação Especial. A partir disso, concluímos que o tema necessita de maiores estudos que impulsionam mudanças que proporcione aos jovens e adultos, alvo da educação especial uma verdadeira inclusão, atendendo a suas reais necessidades.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. C; ESCOBAL, G; GOYOS C. **Programa de suporte comunitário: alternativa para o trabalho do adulto deficiente mental**. 2006. Disponível em: < >. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. A Escola Comum Inclusiva**. Brasília, 2010, p7.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. A Escola Comum Inclusiva**. Brasília, 2010, p7.

_____. **A Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/Tribunal2/Legis/CF88/CF88_Ind.html> Acesso em 15 de jun. 2017.

BRITO, Jessica de; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez; ROMANATTO, Mauro Carlos. Ensino da matemática a alunos com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 20, n. 4, p. 525-540, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRITO, Jessica de; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez; ROMANATTO, Mauro Carlos. Ensino da matemática a alunos com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 20, n. 4, p.

525-540, Dec. 2014 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9394/96. Ministério da Educação, Brasília-DF: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial para a Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

COZENDEY, S. G; COSTA, M. P. R. A. C; PESSANHA, M. C. R. **Inclusão na Educação de Jovens e Adultos (EJA)** - Algumas discussões. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-004.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ESCOBAL, Giovana; ARAUJO, Eliane Aparecida Campanha; GOYOS, Celso. Escolha e desempenho no trabalho de adultos com deficiência mental. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 11, n. 3, p. 355-372, Dec. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, A. P; CASTRO, G. S. A construção de processos dialógicos em um grupo de jovens com deficiência mental. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jan.-Abr. 2006, v.12, n.1, p.49-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

GOMES, C; REY, F. L.G. Inclusão Escolar: Representações Compartilhadas de Profissionais da Educação acerca da Inclusão Escolar. **Psicologia ciência e profissão**, 2007, 27 (3), 406-417. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n3/v27n3a04.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2017.

GUHUR, M. L. P. A Manifestação da afetividade em sujeitos jovens e adultos com deficiência mental: perspectivas de Wallon e Bakhtin. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Set.-Dez. 2007, v.13, n.3, p.381-398. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

JOAQUIM, Érica Roberta; DANTAS, Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho. Ensino de Futsal para Pessoas com Deficiência Intelectual1. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 1, p. 93-110, Mar. 2016 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000100093&lng=en&nrm=iso>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas: Autores Associados, 2003.

LEITE, G. A; MONTEIRO, M. I. B. **A Construção da identidade de sujeitos deficientes no grupo terapêutico-fonoaudiológico**. 2008. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUIZ, Elaine Cristina; KUBO, Olga Mitsue. Percepções de jovens com Síndrome de Down sobre relacionar-se amorosamente. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 13, n. 2, p. 219-238, Aug. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

MELO, M. R; BERGO, M. S. A. A. Atuação do professor diante de manifestações da sexualidade nos alunos portadores de deficiência mental. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jul.-Dez. 2003, v.9, n.2, p.227-236. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> >. Acesso em: 20 mar. 2017.

REDIG, A. G. Reflexões sobre o ensino itinerante na EJA: O relato de uma professora especialista. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 369-378, set./dez. 2010 Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> >. Acesso em: 20 mar. 2017.

ROSA, F. D; DENAR, F. E. **Trabalho, educação e família**: perspectiva para a pessoa com deficiência intelectual. Revista Educação Especial | v. 26 | n. 45, | p. 73-90| jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> >. Acesso em: 20 mar. 2017.

SAAD, S. N. Preparando o caminho da Inclusão: Dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jan.-Jun. 2003, v.9, n.1, p.57-78. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. **Deficiência intelectual: realidade e ação** / Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE; organização, Maria Amélia Almeida. – São Paulo : SE, 2012.

SHOGREN, K. A. , SNELL, M. E., SPREAT, S., TASSÉ, J. M., THOMPSON, J. R., VERDUGO-ALONSO, M. A., WEHMEYER, M. L., YAGER, M. H. Intellectual disability: definition, classification and systems of support. Washington (DC): AAIDD, 2010

SMITH, D. **Introdução à Educação Especial: Ensinar em tempos de Inclusão**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed,2008, p. 593.

VIEIRA, C. M.; CORDEIRO, M. P.; SCOPONI, R. S.; FERREIRA, S. L. Deficiência mental e autonomia: análise do discurso de jovens em um grupo de teatro. **Revista Educação Especial (UFSM)**, v. 2, p. 329-340, 2006

APÊNDICE

Apêndice 1.

Tabela dos Artigos sobre Jovens e adultos com Deficiência Intelectual

A) Identificação do Artigo

Nº	Ano de publicação	Título	Autor	Instituição
1	2003	PREPARANDO O CAMINHO DA INCLUSÃO: DISSOLVENDO MITOS E PRECONCEITOS EM RELAÇÃO À PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN	Suad Nader SAAD	Universidade de São Paulo
2	2005	ESCOLHA E DESEMPENHO NO TRABALHO DE ADULTOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL	Giovana ESCOBAL Eliane Aparecida Campanha ARAÚJO Celso GOYOS	Universidade Federal de São Carlos
3	2006	ATUAÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DE MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE NOS ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL	Marcos Ribeiro de MELO Maria Stela de Araújo de Albuquerque BERGO	Universidade Federal de Sergipe
4	2006	DEFICIÊNCIA MENTAL E AUTONOMIA: ANÁLISE DO DISCURSO DE JOVENS EM UM GRUPO DE TEATRO	Camila Mugnai VIEIRA Mariana Prioli CORDEIRO Renata de Souza SCOPONI Solange Leme FERREIRA	Universidade Federal de São Carlos
5	2006	A CONSTITUIÇÃO DE PROCESSOS DIALÓGICOS EM UM GRUPO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA MENTAL	Ana Paula de FREITAS Glenda	Universidade Metodista de Piracicaba,

			Saccomano CASTRO	
6	2006	PROGRAMA DE SUPORTE COMUNITÁRIO: ALTERNATIVA PARA O TRABALHO DO ADULTO DEFICIENTE MENTAL	Eliane Aparecida Campanha ARAÚJO Giovana ESCOBAL Celso GOYOS	UFSCAR
7	2007	PERCEPÇÕES DE JOVENS COM SÍNDROME DE DOWN SOBRE RELACIONAR-SE AMOROSAMENTE	Elaine Cristina LUIZ Olga Mitsue KUBO	Universidade Federal de Santa Catarina
8	2007	A MANIFESTAÇÃO DA AFETIVIDADE EM SUJEITOS JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: PERSPECTIVAS DE WALLON E BAKHTIN	Maria de Lourdes Perioto GUHUR	Universidade Estadual de Maringá
9	2008	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE SUJEITOS DEFICIENTES NO GRUPO TERAPÊUTICO-FONOAUDIOLÓGICO	Gabriela Almeida LEITE Maria Inês Bacellar MONTEIRO	Universidade Metodista de Piracicaba
10	2010	REFLEXÕES SOBRE O ENSINO ITINERANTE NA EJA: O RELATO DE UMA PROFESSORA ESPECIALISTA.	Annie Gomes REDIG	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
11	2013	ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS EM DISSERTAÇÕES E TESES NO PERÍODO DE 1988 A 2008.	Jéssica de BRITO Juliane Ap. de Paula Perez CAMPOS	Universidade Federal de São Carlos
12	2013	TRABALHO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA: PERSPECTIVA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	Fernanda Duarte ROSA Fátima Elisabeth DENARI	Universidade Federal de São Carlos
13	2014	ENSINO DE MATEMÁTICA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Jessica de BRITO Juliane	Universidade Federal de São Carlos.

			Aparecida de Paula Perez CAMPOS Mauro Carlos ROMANATT O	
14	2016	ENSINO DE FUTSAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	Érica Roberta JOAQUIM Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho DANTAS	Universidade de São Paulo

APÊNDICE 2

Tabulação dos dados dos artigos

	Objetivo geral	População Alvo da Pesquisa	Instituição	Metodologia	Resultados e conclusões
1	examinar como foi a trajetória escolar e social que possibilitou o progresso cognitivo de dez jovens com síndrome de Down;	Jovens com SD	USP	Exploratória/descritiva 10 jovens Observação direta e entrevistas semi-estruturadas.	A deficiência não incapacita o potencial de letramento de alunos com deficiência intelectual, mas a forma como são tratados pela sociedade interfere no seu desempenho. A família tem grande influência no desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual, A diferença precisa ser vista como diversidade social e não como uma desigualdade
2	Investigar o comportamento de escolha de adultos com deficiência intelectual sob duas condições de trabalho com e sem arranjo instrucional, com isso examinar a influência da situação de escolha;	Jovens com DI	UFSCAR	Pesquisa-ação 3 Deficientes Intelectuais Arranjo instrucional	A utilização do arranjo instrucional possibilitou a diminuir o tempo de realização da tarefa e a média de erros durante a execução. O arranjo instrucional possibilitou oportunidade de escolha, fazendo com que trabalhassem estimulados e mais independentes.
3	Através de relatos examinar a atuação de uma amostragem de professores dessa rede de ensino, junto aos alunos com deficiência intelectual, sobre questões da Educação Sexual;	Professores	UFS	15 Professores Questionário semi-estruturado	Em relação a sexualidade e observou-se que o professor fica atônito e perplexo com as informações sobre sexualidade; É necessário trabalhar a formação acadêmica do professor, para que o mesmo possa lidar com a sexualidade dos seus alunos.
4	Discutir sobre a atuação dos professores da Educação Especial, que lecionam para alunos com deficiência intelectual;	Jovens com DI	UFSCAR	7 Jovens com DI Registro de falas e roteiro norteador	Os participantes da pesquisa demonstraram falas coerentes e estruturadas em diferentes conteúdos, indicaram ampliação da autonomia. É preciso um maior número de discussão sobre isso.
5	Investigar interações dialógicas em	Deficientes	UNIMEP	Sócio Histórico	o grupo terapêutico-fonoaudiológico tornou-se um espaço adequado para que se

	um grupo terapêutico fonoaudiológico de deficientes intelectuais;	intelectuais		4 jovens com DI Registros por filmagens, leitura de textos ficcionais e relatos de experiências vividas.	ocorresse os processos dialógicos. O papel da fonoaudiologia foi essencial para que o diálogo entre os alunos acontecesse.
6	Analisar a trajetória do jovem e adulto com deficiência intelectual no trabalho;	Grupo de planejamento de programa de suporte comunitário	UFSCAR	Pesquisa-ação Representantes de setores expressivos Grupo 1 - Filmagem, micro-fitas de vídeo, folhas de papel sulfite e caneta. Grupo 2 - Gravador de áudio, micro-fitas de vídeo, folhas de papel sulfite e caneta.	A dificuldade encontrada em manter a qualidade do grupo em relação à participação, comprometimento dos membros por exemplo, impossibilitou que o procedimento fosse aplicado até o final do planejamento. Foi então proposta um curso sobre planejamento de programa de suporte para o trabalho do deficiente intelectual.
7	Investigar as percepções de jovens com Síndrome de Down sobre aspectos afetivo-amoroso;	jovens e adultos com DI	UFSC	5 jovens com DI Roteiro de entrevista	Em relação ao que é se apaixonar-observou-se e em alguns jovens comportamentos que remete a cuidados e sentimentos de paixão. Quando questionado sobre o que é atraente no outro, enfatizaram aspectos físicos e comportamentais. As percepções que jovens com Síndrome de Down sobre relacionamentos amorosos são iguais às de jovens típicos, variando de acordo com as oportunidades amorosas que favoreçam tais comportamentos.
8	Questionar a objetivação das emoções na trama discursiva desenvolvida por jovens e adultos com deficiência intelectual participantes de um programa de atendimento pedagógico alternativo;	Deficientes Intelectuais	UEM	16 Jovens com DI e 3 professores Análise microgenética de episódios de curta duração, recortados da dinâmica interativa da qual participavam.	As inter-relações se concretizando e as emoções foram exteriorizadas mediada por linguagens simbólicas Estão presente em Wallon (como função adaptativa e comunicativa) e em Bakhtin (como função mediadora e ato de significação), autores fundamentados na matriz epistemológica do materialismo histórico dialético.
9	Fazer reflexão sobre a construção da identidade de jovens deficientes intelectuais que participavam de atendimento fonoaudiológico;	Deficientes Intelectuais	UNIMEP	Histórico Cultural 7 jovens com DI Filmagem das interações	Os resultados identificaram que estão presentes os discursos do grupo social nos dizeres dos sujeitos. Para que a imagem que os sujeitos deficientes mentais têm de si mesmos mude é

					preciso que as pessoas que convivem com eles também tenham uma visão diferente.
10	Refletir a atuação do professor itinerante que leciona para alunos com deficiência intelectual na EJA – Educação de Jovens e Adultos;	professor	UERJ	abordagem Qualitativa 1 professor Entrevistas semi-estruturadas	Os professores do ensino comum e os professores de educação especial, ambos ainda apresentam resistência aos alunos com deficiência. A presença do professor especializado facilita o aprendizado dos alunos PAEE, mas ainda existe muito a se conquistar.
11	Investigar pesquisas realizadas no Brasil, após a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, sobre escolarização de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos;	Deficiente Intelectual	UNIVALI	Bibliográfica Buscas de teses e dissertações publicadas no período de janeiro de 2009 a setembro de 2015 na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).	Identificou-se fragilidade EJA para o atendimento a pessoas com deficiência, e dificuldades vivenciadas para em oferecer atividades acadêmicas significativa. Escassez da literatura e apontou oportuno no contexto da construção do cenário educacional das escolas inclusivas.
12	Refletir sobre a realidade vivida por um adulto com Deficiência Intelectual e sua família, analisando as características de sua rotina, demanda e serviços de apoio existentes.	Deficiente Intelectual	UFSCAR	Análise de conteúdo 1 Jovem com DI entrevista gravada em áudio, roteiro semi-estruturado.	O adulto com DI não se encontra do mercado de trabalho, tornando-se depende totalmente dos pais, De acordo com os resultados verificou-se que existem perspectivas otimistas em relação a capacidade de autonomia das pessoas com DI.
13	Entender as práticas do professor da EJA para o ensino de saberes matemáticos ao aluno jovem e adulto com deficiência intelectual e intervir junto ao docente;	Deficientes Intelectuais	UFSCAR	Pesquisa-intervenção 1 professora e 5 alunos Registro das observações, programa de intervenção com jogos pedagógicos no ensino de matemática, diário de campo e gravação dos resultados.	Os jogos auxiliam na aquisição de conceitos matemáticos. No âmbito acadêmico esperasse um aumento de trabalhos diferenciados com o ensino de saberes matemáticos para esse alunado.
14	Averiguar os efeitos de um	Deficiência	USP		Dos participantes, verificou-se que nove apresentaram ganhos ao término do programa.

	programa de ensino de Futsal para jovens e adultos com Deficiência Intelectual.	Intelectual		11 alunos com DI 30 intervenções em duas aulas por semana e filmagens de jogos formais para análise.	O programa contextualizado nos JEC de invasão, sistematizado com base em um modelo de jogo que atenda as demandas dos alunos, pode ser um ambiente de aprendizagem significativo a alunos com DI.
--	---	-------------	--	---	---